

# Existem paradigmas na psicanálise?

(Sobre um artigo de R. Bernardi)

Renato Mezan

As teorias de Freud, Klein e Lacan  
se tornaram incomensuráveis,  
como entende Bernardi?

A existência de diferentes maneiras de praticar e de conceber a psicanálise deixou de ser, já há algum tempo, considerada como um fenômeno marginal no nosso campo. Ao contrário, tornou-se um tema que vem atraindo a atenção de diversos estudiosos, os quais, segundo suas perspectivas específicas, procuram abordá-lo evitando a saída mais fácil: a de negar que o problema exista, já que apenas uma tendência — a sua própria — seria ou *a* ou *a verdadeira* psicanálise, todas as demais consistindo em daturpações ou desvios sem maior significado. Entre os escritos desses autores, os do psicanalista uruguaio Ricardo Bernardi se destacam como especialmente ricos em sugestões e argumentos; um de seus textos, recentemente publicado no *International Journal of Psychoanalysis*<sup>(1)</sup>, pode nos servir como ponto de partida para refletir sobre a questão.

**Renato Mezan** — psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.



1. Bernardi propõe utilizar o conceito de *paradigma* introduzido por Thomas S. Kuhn para caracterizar as distintas formas de ver e pensar o que nos é trazido pela prática da psicanálise. O trabalho da interpretação do analista é condicionado por certas maneiras de escutar, de selecionar do material bruto o que lhe parece relevante, de articular os resultados dessa seleção num quadro dos fenômenos mobilizados nele e em seu paciente pela análise. Essas operações, argumenta Bernardi, são orientadas pelo paradigma ao qual adere o psicanalista. Segundo ele, existem pelo menos três perspectivas teóricas, na psicanálise atual, que preenchem as condições necessárias para que se possa falar em paradigmas: as de Freud, Klein e Lacan. “Cada uma delas se tornou um sistema interconectado de hipóteses, internamente auto-reguladoras e vinculadas a práticas psicanalíticas específicas. Assim, dispensam-se de qualquer obrigação de se apoiar em quaisquer outras teorias ou de delas derivar logicamente, não obstante a tendência de Lacan ou de Klein de fazer Freud dizer o que na verdade está sendo dito por Lacan ou por Klein.”<sup>(2)</sup>

Dada esta situação, as teorias associadas a esses três nomes se tornaram incomensuráveis, isto é, deixaram de partilhar uma medida comum, ainda que tal incomensurabilidade possa ser parcial — relativa por exemplo a certos setores da teoria, mas não a outros. Não parece a Bernardi e ao grupo de trabalho que anima em Montevideu que se trate apenas de diferentes perspectivas sobre um mesmo objeto (o inconsciente, por exemplo). Em favor dessa posição, que acentua a descontinuidade e a ruptura entre as diversas escolas, argumenta Bernardi que:

1) existem muitos termos comuns a essas três escolas, porém os conceitos designados por esses termos são díspares: instinto, inconsciente, repressão, ego, Édipo, etc.

2) há conceitos simplesmente intraduzíveis de uma teoria para outra: significante, outro, nome do pai, posição, continente, elementos alfa e beta, etc.

Para ilustrar essa verificação, o autor procede a uma espécie de *expe-*

## Segundo Bernardi, as teorias de Freud, Klein e Lacan permitem falar em paradigma.

*rimentum crucis*: toma um mesmo material — o sonho do Homem dos Lobos — e compara as leituras dele realizadas por Freud (no caso publicado em 1918), por Melanie Klein (no capítulo 9 de *A psicanálise da criança*) e por Leclair (num artigo de 1958 sobre o episódio psicótico vivido pelo paciente em 1923). Dessa comparação resultam significativas divergências quanto ao que cada autor “vê” no material, nas hipóteses que constrói para dar conta daquilo que viu, e nas formulações metapsicológicas encarregadas de validar as hipóteses enunciadas no plano da singularidade *deste* paciente. Resumidamente, Freud se interessa pela postura dos lobos, que abre um caminho para a interpretação, focalizando a sexualidade infantil e a angústia da castração; Klein se interessa pela angústia ligada às fantasias de devoração projetadas no animal fóbico; Leclair se interessa pelo lugar de fato designado ao menino por sua mãe e pelo jogo dos significantes na estruturação dos sintomas e do desejo do paciente. A partir dessa constatação, Bernardi se interroga sobre o porquê dessas diferentes leituras; sua resposta é que cada uma delas está determinada pelo paradigma correspondente, o qual prescreve o que deve ser visto e como se deve compreender o que se viu como indício de que há um fragmento esquecido na história, cuja recuperação é o objetivo da análise e que contém tanto o desejo sexual reprimido quanto o motivo para a repressão (Freud); como o indício de que fantasias sádicas foram projetadas no lobo e o tornaram ameaçador, o objetivo da análise

sendo, neste caso, aproximar-se do mundo interno do paciente e fazê-lo vivenciar as emoções básicas cuja inacessibilidade organiza suas fantasias inconscientes (Klein); como o indício de que o paciente vive numa relação imaginária com os pais, que só pode ser rompida pelo acesso ao simbólico e pela travessia da problemática da castração (Lacan).

Esta comparação conduz Bernardi à parte final de seu artigo, cujos trechos principais transcrevo a seguir, já que precisaremos discuti-los com cuidado:

“Alguns dos muitos desenvolvimentos posteriores ao trabalho de Freud se estabeleceram como sistemas teóricos alternativos. Tanto as teorias de Freud quanto as ulteriores são ao mesmo tempo de natureza parcial e total: parcial, na medida em que cada teoria parte de uma dada perspectiva; total, porque cada uma delas reformula todo o campo psicanalítico e tem uma grande capacidade de expansão.(...)”

No tocante à unidade e à diversidade do nosso campo, procuramos mostrar que esses diferentes paradigmas são irreduzíveis uns aos outros, pois não há acordo entre eles nem quanto às premissas gerais (que não partilham), nem quanto à experiência (que não vêm do mesmo modo). (...)

Tal situação de incomensurabilidade coloca questões interessantes, embora também preocupantes. Devemos considerar cada passo adiante como um desenvolvimento das idéias de Freud? O estudo aprofundado de perspectiva freudiana realmente ajuda o analista lacaniano ou o kleiniano a desenvolver seu próprio ponto de vista? Qual é o lugar e a função das origens? (...) Será que isto significa que a unidade da psicanálise está perdida? Penso que não. Nossa unidade reside no campo partilhado de problemas e não nas respostas que damos a eles. Mas permanece o problema da verdade. Kuhn o coloca bastante bem, quando diz que só podemos falar de verdade ou falsidade no referencial de uma teoria cujos pressupostos são aceitos. No contexto da discussão interteórica, só podemos falar de preferências



ou de critérios mais ou menos produtivos, profundos, etc.”. (p. 353-354).

Bem, até aqui, apresentei o que me parece essencial no artigo de Bernardi. É evidente que o leitor que puder obter o artigo original terá melhores condições de avaliar tanto a fidelidade deste resumo quanto a pertinência dos comentários que farei a seguir. Estes comentários serão de dois tipos: em primeiro lugar, examinarei algumas afirmações de Bernardi que me parecem particularmente problemáticas; em segundo, retomando o livro de Thomas Kuhn ao qual remete como pano de fundo da sua discussão (*A Estrutura das Revoluções Científicas*), procurarei discutir a validade da própria noção de paradigma em sua aplicação à psicanálise.

2. A idéia de comparar o mesmo material sob vários pontos de vista soa a princípio interessante. O caso do Homem dos Lobos parece prestar-se bem a este trabalho, em parte porque é conhecido de todos e em parte porque existem comentários sobre ele de todas as perspectivas analíticas. Além disso, a interpretação dos sonhos — atividade comum na análise — mobiliza operações para as quais é requisitada a teoria do funcionamento psíquico em seu conjunto. Dada esta circunstância, examinar como os lobos são “vistos” — ou melhor, construídos — por cada intérprete, e de que modo os pressupostos teóricos determinam a modalidade desta construção, é um ponto de partida sugestivo. Contudo, o tratamento dessa questão por Bernardi não é equivalente nos três casos que se propõe a estudar. O raciocínio de Freud é seguido passo a passo e de modo extremamente minucioso, reportando-se sempre ao estado da teoria no momento em que o caso é redigido. De Melanie Klein, transcreve-se um curto parágrafo do capítulo IX da *A Psicanálise da Criança*, no qual ela afirma que o medo do menino de ser devorado pelo lobo não é um substituto regressivo da angústia da castração (como pensa Freud), mas a expressão de uma angústia primária que persiste lado a lado com versões posteriores e modificadas dela.

## Bernardi opera com os resultados do trabalho de pensamento e negligencia sua evolução interna.

A partir deste fragmento, Bernardi conclui que Klein segue o fio condutor da angústia e cita um trecho de *Inveja e Gratidão*, referindo-se à análise da transferência e em seguida à identificação projetiva. Compreende-se que Bernardi tenta imaginar como seria escutado Sergei Pankejeff se sua analista fosse Mrs. Klein; porém qual Mrs. Klein? A que escreveu *A Psicanálise da Criança* em 1932, a que introduziu a noção de identificação projetiva em 1946, ou a que falava em 1957 da importância de reexperienciar as emoções básicas no decurso da análise? Este ponto é fundamental, porque, optando por tomar a teoria como um dispositivo contemporâneo de si mesmo a ser manipulado pelo psicanalista, Bernardi negligencia toda a evolução interna própria ao trabalho de pensamento, operando com os resultados deste trabalho tal como aparecem nos “conceitos finais”, isto é, aqueles que são a expressão mais concentrada — porém, ao mesmo tempo, mais telegráfica e mais esquemática — do esforço de reflexão. No caso específico deste artigo, parece-me bastante discutível utilizar, para compreender a análise feita em 1932 da história (e não do sonho, note-se bem) do Homem dos Lobos, conceitos como a identificação projetiva ou a “lembrança-em-sentimentos”, que não fazem parte do arsenal teórico empregado por Klein para dar sua versão do que significam os lobos. Este é um inconveniente do uso por Bernardi da noção de paradigma, elaborada para dar conta de uma atividade inexistente na psicanálise, embora absolutamente regular no caso das

ciências naturais: a aplicação de um arsenal de conceitos e métodos a um problema que lhe serve de matéria-prima. A maneira pela qual o conhecimento que o psicanalista possui da teoria psicanalítica contribui para informar sua interpretação difere em gênero, número e grau da aplicação que um físico pode fazer das leis da Newton sobre o movimento para resolver um problema em seu campo de estudos; sobre este ponto, terei oportunidade de fazer algumas considerações mais adiante.

Uma consulta ao capítulo IX de *A Psicanálise da Criança* revela algo um pouco diferente do que afirma Bernardi. Trata-se de um ensaio sobre a neurose obsessiva e sobre os primeiros estágios da formação do superego, organizado internamente pela idéia de “fase de apogeu do sadismo”, a que estuda as condições para a formação de diversas organizações patológicas (psicose, neurose obsessiva, fobias, homossexualidade, etc.). A tese de Melanie Klein é conhecida: cada uma destas estruturas tem como núcleo a fixação em certos objetos parciais na seqüência evolutiva das relações objetivas, fixação esta envolvida pelos impulsos amorosos e destrutivos. A categoria operacional básica desta análise é a da interação das pulsões, que determina as fantasias e as defesas violentas mobilizadas para neutralizá-las. As fobias infantis são um caso particular desta constelação. Mas o ponto central da divergência com Freud — como nota Bernardi na p. 346 do seu artigo — reside na seguinte questão: se o medo de ser devorado é um substituto regressivo em linguagem oral da angústia de castração, ou se, “além e acima de tudo, é o resquício de um estágio muito precoce do desenvolvimento”<sup>(3)</sup>, de uma angústia que persistiu inalterada e contribuiu decisivamente para moldar o desenvolvimento anormal desta criança. Tal medo teria sua origem no “intenso desejo de introjetar o pênis do pai” e na “intensa agressividade oral-sádica” da criança; como as tendências destrutivas eram muito fortes, a libido não conseguiu neutralizá-las e o resultado foi um complexo de Édipo invertido.

Ou seja: se deixarmos de lado o



que conhecemos sobre a teorização posterior de Klein e nos ativermos ao que é dito no texto em que examina a fobia do Homem dos Lobos, procedimento que me parece prudente e epistemologicamente adequado, fica muito difícil falar em “incomensurabilidade” e “intradutibilidade” entre as teorias de Freud e de Melanie Klein. A rigor, não é exato falar aqui de *teorias* diferentes. Klein opera com os mesmos elementos que Freud, com uma diferença importante que mencionarei a seguir. O diagnóstico é idêntico (fobia infantil), o animal representa o pai ou um aspecto dele, neste animal estão figuradas e exteriorizadas as pulsões e seu interjogo, o contexto dessa fobia é o complexo de Édipo, o sentido dos lobos tornou-se inconsciente para o menino, a fobia é ao mesmo tempo expressão da angústia e construção defensiva contra sua irrupção ... a lista poderia continuar. Não estou sugerindo, é óbvio, que não existe uma teoria kleiniana independente; o que afirmo é que a análise citada por Bernardi não é suficiente para convencer o leitor de que existe irreduzibilidade entre os pontos de vista de Klein e de Freud. Digamo-lo de outro modo: se *A Psicanálise da Criança* fosse a última obra de Melanie Klein, a discrepância jamais seria suficiente para falar-se em outro paradigma.

Há um ponto que, entretanto, deixa prenunciar o desenvolvimento de um outro sistema; mas ele não se situa no lugar apontado por Bernardi. Para este, a diferença fundamental está em que o lobo freudiano é um lobo “sexual” e o lobo kleiniano é um lobo ameaçador/angustiante (p. 347: “*a sexual gesture, a threatening gesture...*”), Ora, esta é uma descrição demasiado superficial. O lobo de Freud é uma figura que polariza a angústia e o desejo do menino, exatamente como o lobo kleiniano (“intenso desejo de introjetar o pênis do pai”); nem Freud é tão insensível à questão da angústia, nem Klein tão insensível à dimensão sexual — afinal, a oralidade faz parte da sexualidade infantil desde os *Três Ensaios*, e a neutralização progressiva da destrutividade *pela libido* é o eixo do desenvolvimento “normal”, segundo *A Psicanálise*

O lobo de Freud polariza a angústia e o desejo do menino, exatamente como o lobo kleiniano.

*da Criança*. O ponto essencial não está aí, embora, é claro, a ponderação desses fatores não seja idêntica em Freud e em Klein. O ponto essencial está onde Klein o localiza: na concepção da temporalidade psíquica. Para ela, a angústia do menino é uma angústia primária, que persiste inalterada ao lado de versões modificadas, enquanto para Freud ela é a expressão regressiva de um desejo sexual passivo de satisfação pelo pai. O que separa os dois autores é um profundo fosso na concepção do que seja o infantil, porque ambos concebem a temporalidade psíquica de forma diversa: Klein sustenta que o infantil persiste inalterado e conforma a fobia, na medida em que a destrutividade não pôde ser contida pelas pulsões libidinais; portanto, o superego incrementa sua crueldade originária e se torna necessária uma projeção maciça a fim de proteger o ego da angústia persecutória. Para Freud, o sonho famoso é uma atualização de fantasias modeladas por uma matriz produtora de significações, matriz cujo foco gerador se situa numa experiência compreendida apenas a posteriori (a cena primitiva). Esta diferença está longe de ser negligenciável, pois condiciona a compreensão do funcionamento psíquico em sua totalidade e, mais tarde, determinará o manejo kleiniano da transferência, a partir de uma compreensão *sui generis* do “aqui e agora”. Meltzer, citado por Bernardi, poderá assim falar da “imediatez da vida infantil”, algo que dificilmente seria formulado nos mesmos termos por um analista freudiano.

Resumindo: se as teorias de Klein e de Freud constituem paradigmas incomensuráveis, não é a comparação do tema dos Lobos, nos termos em que cada autor o expõe, que pode provar tal afirmação. Seria necessário buscar, na evolução interna do pensamento de cada um, os elementos para substanciar esta asserção, e Bernardi sugere em seu texto vários caminhos para fazer isso, embora não os explore mais a fundo (ao menos no artigo que estamos comentando). Um deles é a idéia extremamente interessante de que o *ideal de compreensão* do material clínico não é o mesmo nas duas teorias; outra é a via que parte da noção central do kleinismo maduro — a identificação projetiva — e a compara, em termos virtuais, com o conceito central do freudismo — a repressão. Mas não nos cabe refazer o artigo de Bernardi no lugar do autor; passemos a um outro tópico, o que focaliza a leitura lacaniana do tema dos lobos.

A discussão deste ponto é, a meu ver, pouco esclarecedora. Em primeiro lugar, o texto de referência não é um texto de Lacan, mas um artigo de Sergei Leclair, pois o autor julga que é possível “deixar de lado as variações intrateóricas entre ambos” (p. 346). Este procedimento é surpreendente, já que se trata do compreender como são vistos os lobos por Lacan, e o fato de que Lacan não fale dos lobos e sim de um processo de ressignificação da própria história já é em si mesmo significativo. Ou talvez, na perspectiva dos paradigmas, este fato não seja relevante, já que o paradigma fornece uma gama de aplicações, e deste ponto de vista tanto faz que quem o aplica seja o autor do paradigma ou um seu confrade. Mas permanece o problema: por que o lobo, enquanto material proporcionado pelo paciente, não é objeto de interpretação? Lacan talvez respondesse (é uma hipótese) que, enquanto tal, o lobo pertence ao registro do imaginário; o aspecto a reter seria algo que abrisse um caminho para o simbólico. Se assim for, já não é possível falar da aplicação dos paradigmas a um *mesmo* material (no caso a imagem e a significação “lobo”). Além disso, no tratamento dado por Bernardi ao artigo de Leclair (“So-



bre o Episódio Psicótico vivido pelo Homem dos Lobos”), só permanecem os traços mais imediatos da interpretação: rapidamente, este material escasso dá lugar a uma recapitulação sumária dos princípios da psicanálise lacaniana, e é a partir desta enumeração abstrata que prossegue o artigo. Fica a impressões de que a distância entre Freud e Lacan é maior do que entre Freud e Klein, o que é confirmado por uma passagem da p. 350: “enquanto o paradigma de Freud concerne à reintegração da história e o paradigma kleiniano concerne à reintegração de uma experiência emocional básica, o de Lacan concerne àquilo que não pode ser reintegrado.” É uma boa maneira de dizer as coisas, porém, mais uma vez, tal afirmação (a meu ver correta quanto ao fundamental) deveria ser adequadamente derivada do exame do tema dos lobos. Em outras palavras, admitindo-se que o lobo freudiano seja um lobo sexual e o lobo kleiniano um lobo sádico-oral — o que exige ressalvas, como disse atrás — ambos estes lobos são produto das fantasias e desejos do menino: já o “lobo-enquanto-significante” de Leclaire — do qual o núcleo significante é a boca aberta em forma de “V” — não remete a um conteúdo ou a uma representação, mas a uma marca inscrita no inconsciente de Sergei pelo desejo do Outro. A concepção do que é um sujeito e do papel das identificações na sua constituição abre o caminho para uma maneira de conceber e de praticar a psicanálise que, talvez, tenha por base pressupostos inconciliáveis com os de Freud e de Klein; é um tema complexo, que deixarei de lado por razões de espaço no presente trabalho.

Antes de passar ao segundo conjunto de comentários, gostaria de precisar um ponto. O artigo de Bernardi está construído como uma demonstração indutiva, como se a comparação das interpretações do lobo colocasse problemas que, em seguida, reverberariam para um plano mais propriamente teórico (a seção intitulada “Paradigmas como Maneiras de Pensar sobre o Material”), para culminar com o estudo da metapsicologia implícita em cada uma das três interpretações.

## Fica a impressão de que a distância entre Freud e Lacan é maior que entre Freud e Klein.

Que essa comparação não produza o efeito anunciado — pois a partir deste exemplo é difícil, como procurei mostrar, evidenciar os paradigmas — não invalida o problema central que preocupa Bernardi: existem maneiras diferentes de praticar e de pensar a psicanálise, e este fato exige reflexão. A solução proposta por ele, através do recurso à noção de paradigma introduzida por Kuhn, precisa agora ser examinada, a fim de verificarmos se ela realmente dá conta do problema para o qual é convocada. Para isto, convém expor brevemente o que Thomas Kuhn entende por “paradigma”.

3. A tese de Kuhn é exposta em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (tradução brasileira pela Perspectiva, São Paulo, 1980). Em síntese, ela contesta a idéia de que a ciência progride por acumulação de descobertas individuais; sustenta que tais descobertas só são possíveis no contexto de um conjunto de pressupostos compartilhados pela comunidade de praticantes de uma ciência, conjunto que determina quais fenômenos são relevantes, quais os métodos para abordá-los, quais os critérios para deduzir conclusões das observações realizadas, etc. A este conjunto se denomina “paradigma”, e a história de uma ciência seria constituída pela sucessão dos paradigmas assim definidos. A grande questão é, naturalmente, como se forma, como se desenvolve e como se abandona um paradigma: a este problema Kuhn dedica o essencial de seu ensaio. Do ponto de vista que aqui nos interessa, basta evocar a distinção proposta por

ele entre “ciência normal” e “ciência em crise”. Esquemáticamente, a ciência normal — ou a prática normal de uma disciplina científica — consiste em atividades que expandem, refinam ou adensam um paradigma já constituído: é isso que a maior parte dos cientistas faz durante a maior parte do tempo. Quando surge uma “anomalia” — algo que não pode ser explicado pelo paradigma —, o comportamento típico dos cientistas não é, de modo algum, o abandono do paradigma até então vigente: procura-se rearticulá-lo de forma que ele dê conta do fenômeno anômalo, e muitas vezes isso é conseguido, do que se segue uma floração de novas hipóteses, experimentos, etc. Quando, porém, este fenômeno anômalo não somente permanece incompreensível, mas ainda se desdobra em outros fenômenos anômalos ou em hipóteses cada vez mais incompatíveis com o paradigma aceito, instala-se a crise e surge a necessidade de um novo paradigma, que pode levar décadas para ser formulado e aceito. O livro de Kuhn está repleto de exemplos de como isto ocorreu na Física, na Química, na Astronomia e em outras ciências da Natureza.

Duas das teses de Kuhn nos interessam mais de perto. A primeira afirma a *unicidade* do paradigma durante o período em que vigora. Dada a definição de paradigma proposta por ele — “considero paradigmas as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para os praticantes de uma ciência”<sup>(4)</sup> —, que, apesar de sucessivos refinamentos, permanece substancialmente idêntica ao longo do livro, não convém utilizar o termo para qualquer teoria importante num campo científico, mas apenas para aquelas que, entre outras condições, satisfazem a de ter obtido assentimento geral por parte dos cientistas da área correspondente. Na Química, por exemplo, o paradigma ligado aos nomes de Lavoisier e de Dalton deslocou para o esquecimento o paradigma anterior (a doutrina do “flogisto”); o mesmo ocorre com a teoria galileana do movimento ante a concepção aristotélica, etc. Escreve Kuhn: “A transição de um paradig-



ma em crise para um outro (...) é antes uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais fundamentais do paradigma, bem como muitos dos seus métodos e aplicações. Durante o período de transição, haverá muitos problemas que podem ser resolvidos pelo antigo paradigma e pelo novo. Haverá igualmente uma diferença decisiva no tocante aos modos de resolver os problemas. Completada a transição, os cientistas terão modificado sua concepção de sua área de estudos, de seus métodos e objetivos.”<sup>(5)</sup>

Bernardi apóia-se nesta conceituação para caracterizar as diferentes escolas psicanalíticas: no trecho de sua conclusão que citei atrás, a ênfase é colocada na incompatibilidade das perspectivas de Freud, Klein e Lacan, ainda que esta incompatibilidade possa ser “parcial”. Para recordar: “cada uma delas reformula todo o campo psicanalítico...”; “no tocante à unidade e à diversidade do nosso campo, procuramos demonstrar que estes diferentes paradigmas são irreduzíveis uns aos outros, porque não há acordo entre eles nem quanto às premissas nem quanto à experiência...”; etc. etc. É evidente que o interesse da noção de paradigma reside precisamente na possibilidade de explicar a relação de uniformidade e de dissemelhança *simultâneas* presente entre as teorias examinadas, bem como a impressão justificada de que, apesar de suas diferenças, Lacan e Klein não são tão distantes quanto Lacan e Rogers. Mas será mesmo adequado falar em paradigmas, *no sentido de Kuhn*, para descrever a situação atual da psicanálise? O problema está longe de ser simplesmente semântico, e falar com Masterman de “ciência com múltiplos paradigmas” não me parece satisfatório. Não é um problema puramente semântico porque o que está em jogo é a categoria central da análise: como o paradigma é o gerador da “ciência normal”, em que consistem suas aplicações e problematizações, é a própria concepção do que significa *conhecer*: que depende dessa definição. Kuhn chega a sustentar que cientistas cujos paradigmas são incompatíveis “viverem” em mundos diferentes, o que

Nenhuma das  
tendências examinadas  
suplantou as outras  
como Copérnico  
suplantou Ptolomeu.

é bastante enfático como caracterização. Ora, na psicanálise, nenhuma das tendências examinadas por Bernardi chegou a suplantá-las suas rivais de modo tão completo quanto Copérnico suplantou Ptolomeu; não houve crises no sentido definido por Kuhn, e Bernardi chega a sugerir que seria útil se elas ocorressem (prova de que ainda não ocorreram). Quanto à afirmação de que uma teoria poderia ser um caso particular de outra mais geral, o exame da idéia difundida, segundo a qual a dinâmica newtoniana é um caso particular da dinâmica einsteiniana, é demolida por Kuhn numa seção particularmente brilhante e convincente de seu livro (p. 134-136 da edição brasileira).

Mas as dificuldades não terminam aí. No trecho que citei, Bernardi propõe que a unidade da psicanálise não fica comprometida pela pluralidade de paradigmas, já que existe um campo compartilhado de *problemas* e as divergências residem apenas nas respostas para estes problemas. É uma idéia que seduz pela elegância, e eu mesmo tive oportunidade de dizer algo semelhante em ocasiões anteriores<sup>(6)</sup>. Mas, refletindo melhor, vemos que ela é contraditória com a noção da paradigma tal como a define Thomas Kuhn. Com efeito — e esta é a segunda tese que nos interessa — o paradigma determina não só o “modo de ver” o mundo, mas ainda quais são os problemas pertinentes, sendo mesmo esta sua função principal. Ora, das duas uma: ou os problemas pertinentes são comuns — e neste caso há apenas um paradigma que os define como tais — ou existem vá-

rios paradigmas, incompatíveis entre si (o que é uma tautologia), sendo portanto igualmente incompatíveis, incomensuráveis e intraduzíveis os problemas definidos por cada um deles. O exemplo das leis de Newton retraduzidas no paradigma da teoria da relatividade demonstra cabalmente que *já não se trata das mesmas entidades*, embora os nomes destas entidades possam ser os mesmos (por exemplo, força, massa, etc.). O texto de Bernardi oscila entre estes dois pólos extremos, e, embora no decorrer dele a ênfase seja colocada nas divergências e na incomensurabilidade, a conclusão aponta para a direção oposta. No próprio andamento de argumentação, existem indícios desta tensão — a começar pelo fato de que Lacan e Klein sejam convocados para reinterpretar o sonho dos lobos, o que sugere que este sonho é um problema para os três “paradigmas”, atraídos um pelo outro de maneira muito mais intensa do que se os protagonistas do diálogo fossem Reich, Koffka e Skinner. Examinando a possível interpretação do lobo por Melanie Klein, Bernardi chega a imaginar o que seria a “cena primitiva” reconstruída por ela — coisa impossível de ser nem sequer anunciada, se não existisse uma comunidade não-trivial da problemáticas entre sua abordagem e a de Freud.

Contudo, esta tensão sugere que a própria noção de paradigma talvez seja pouco apropriada para pensar a diversidade/unidade do campo psicanalítico. Repito que não se trata de uma implicância lexical: um conceito tem um campo de abrangência específico, e o conceito de paradigma, ao incluir certos aspectos e predicados, exclui necessariamente outros. No “Posfácio” que redigiu para a tradução japonesa de seu livro, Kuhn reconsidera este conceito central e o refina em termos que tornam ainda mais clara a sua concepção. Diz ele que, ao longo da obra, empregou o termo “paradigma” em dois sentidos diferentes: para designar toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhada pelos membros de uma dada comunidade científica num período determinado, e para designar somente um tipo de elemento des-



ta constelação, a saber, as soluções concretas de quebra-cabeças empregadas como modelos ou exemplos para a solução de problemas pela ciência normal” (p.218). Indubitavelmente, é esta segunda acepção que contém o essencial do seu pensamento. Sugere mesmo que existem escolas (o termo é dele) nas ciências que abordam o mesmo objeto científico a partir de pontos de vista incompatíveis — é caso raro nas ciências naturais, mas não será freqüente nas disciplinas humanas e sociais? Ocorre que Bernardi rejeita explicitamente, no início do seu artigo, esta possibilidade e por isto mesmo é levado a falar em diversos paradigmas psicanalíticos.

Tudo parece indicar que a situação atual da psicanálise é mais complexa do que se depreende do artigo de Bernardi, e, para esboçar esta complexidade, o emprego do conceito de paradigma não é tão elucidativo quanto pareceria à primeira vista. Por um lado, as divergências teóricas e clínicas são grandes; por outro, a afirmação de que a psicanálise é uma só se enraíza visivelmente em algo mais do que diplomacia e boavontade. Penso que a argumentação de Bernardi — enfatizando as diferentes maneiras de escutar e de pensar psicanaliticamente — focaliza as coisas de modo bastante sugestivo, embora não concorde com as conclusões que ele extrai desta argumentação. Para concluir este trabalho, gostaria de indicar brevemente em que direção me parece oportuno prosseguir a pesquisa.

4. Podemos partir de uma idéia básica: não convém colocar a teoria de Freud no mesmo plano que as de Klein e Lacan, pela boa e simples razão de que a primeira é um elemento constitutivo das outras, e isto sem prejudicar que seja mais coerente ou mais adequada aos “fatos”. Não é apenas constitutiva das teorias de Klein e de Lacan, mas de toda e qualquer teoria psicanalítica pensável e imaginável. Cada psicanalista, ao tentar pensar os processos psíquicos que intervêm numa análise, se defronta com a representação dada a estes processos pela doutrina fundadora do campo; isto ocorre tanto para os que pretendem

O emprego do conceito de paradigma não é tão elucidativo quanto parecia à primeira vista.

fundar e legitimar um modo original de praticar/refletir a psicanálise, quanto para aqueles que simplesmente utilizam, num ou noutro registro, os conceitos e esquemas já estabelecidos em algum sistema. Maurice Dayan caracteriza bem esta situação em seu livro *L'Arbre des Styles*, no qual encontramos diversas idéias extremamente estimulantes para fazer avançar nossa discussão. Uma delas é que os pensadores que desejaram inovar na psicanálise se encontraram em situação diferente daquela vivida pelos filósofos e cientistas, ao tentar construir um sistema próprio ou desenvolver um pensamento original, na medida em que a psicanálise tem como parâmetros básicos algumas afirmações que não podem ser nem ignoradas nem refutadas pelo autor pós-freudiano, sob pena de se excluir do campo balizado pelo inconsciente. Na filosofia, cada sistema ou doutrina tem por objetivo construir um discurso verdadeiro sobre os objetos de que se ocupa, mas a pretensão de cada sistema/doutrina de ter atingido este ideal é em princípio igual e independente de todas as demais<sup>(7)</sup>. Quando um filósofo cita outro ou debate com ele, esta referência é de natureza completamente diversa do que ocorre quando um psicanalista remete a Freud. Da mesma forma, um grupo de cientistas pode vir a propor uma mudança da paradigma em seu campo e, para fazê-lo, se defrontará com exigências que não são as mesmas, por exemplo, que organizam a discussão entre Klein e Freud acerca da angústia do Homem dos Lobos. Além disso, o estabelecimento de uma nova escola na fi-

losofia ou nas ciências não constitui, em si mesmo, um problema no mesmo sentido em que o estabelecimento de um novo sistema psicanalítico o é, porque o pensamento psicanalítico se encontra balizado por estas duas dimensões ineludíveis, que são, por um lado, a obra de Freud, e, por outro, a prática psicanalítica. Estas coordenadas instauram os limites do campo psicanalítico, e tudo o que não respeitar estes limites cairá automaticamente fora da psicanálise. Dayan formula esta idéia de modo bastante claro:

*“No campo da psicanálise, a dissidência toma a forma de uma alteração de princípio, fundamental e metodológica, e conduz para fora da psicanálise; por seu lado, a lealdade sem restrições não é em absoluto compatível com o trabalho teórico. Os fatos de estilo produzem-se entre estes dois escolhos, que eles próprios designam; quando a retomada problemática do discurso fundador (...) cobre um intervalo que se poderia dizer positivo e sem ruptura, determina de novo o objeto da análise, mas reencontrando, dispostos de outra maneira, os predicados principais da “coisa freudiana.”<sup>(8)</sup>*

A noção de “estilo” proposta por Dayan (que nada tem a ver com a maneira de escrever) não precisa nos deter neste momento. Basta dizer que ela visa conceptualizar exatamente as diferentes maneiras de escutar e de pensar psicanaliticamente. Neste sentido, são “estilos” os de Klein e de Lacan, mas também os de Kohut, Winnicott ou Piera Aulagnier. O que me parece interessante no parágrafo citado, além da idéia central de limites internos do campo analítico, é a sugestão de que o discurso fundador (Freud) é retomado problemáticamente, e nesta retomada seus predicados fundamentais são retomados de modo diverso, o que determina de maneira nova o objeto da psicanálise. Pois a dificuldade central da tese de Bernardi, a meu ver, é que ela deixa uma latitude excessiva para o que se pode chamar de “paradigmas psicanalíticos”, ao sugerir que estes paradigmas — por serem intraduzíveis uns nos outros — são equivalentes entre si, dos pontos de vista epistemológico



e clínico. Escreve ele: “permanece o problema da verdade (...). Só podemos falar da verdade ou falsidade no referencial de uma teoria cujos pressupostos são aceitos.” Esta concepção da verdade, como se referindo à coerência interna de uma teoria mais do que à correspondência entre ela e o segmento do real do qual é teoria (em cujo mérito não é possível entrar no contexto deste trabalho), aparenta os diferentes sistemas psicanalíticos aos diferentes sistemas filosóficos, cada qual possuindo um arcabouço conceitual próprio e comprometido apenas com os objetos que visa pensar. Mas a psicanálise não é isto, e a teoria psicanalítica é coercitivamente determinada por uma prática que não é apenas reflexiva e literária; em outros termos, o referente da teoria psicanalítica não são os objetos ideais construídos no e pelo discurso argumentativo (como é o caso da filosofia), mas um conjunto de processos psíquicos mobilizados pela situação analítica, que determinam reciprocamente as coordenadas desta última. Não existe teoria analítica sem o pano de fundo da análise, e não existe análise sem que do discurso do paciente possam ser extraídos os indícios do inconsciente, da transferência, etc. Ora, estes fenômenos são *os mesmos* que conduziram Freud a dar sua versão acerca deles, e qualquer pensamento sobre as coordenadas essenciais da psicanálise necessita haver-se com a versão delas fornecida pela teoria freudiana, de sorte que a teoria freudiana torna-se *ipso facto* momento constitutivo das suas sucessoras ou rivais.

Isso posto, continua de pé o fato de que a prática e a teoria que dela visa dar conta se apresentam, no campo psicanalítico, sob o signo da dispersão. Se a hipótese dos paradigmas parece insuficiente para explicar esta dispersão, que outros conceitos poderiam ser úteis para localizar o cerne do problema? Em primeiros lugar, convém lembrar que nem a obra de Freud nem a prática psicanalítica são entidades monolíticas; ambas são habitados pelo que Dayan denomina “distâncias internas”. (p. 54). No caso de Freud, estas distâncias são conhecidas: quer num corte sincrônico/

Convém lembrar  
que nem a obra de  
Freud nem a prática  
psicanalítica são  
entidades monolíticas.

transversal, quer num corte diacrônico/longitudinal, seus conceitos e hipóteses não se articulam sem resto nem de modo linear. Este fato permite que o analista que busca construir novos conceitos ou hipóteses teóricas disponha de uma ampla margem da escolha quanto a “qual” Freud lhe servirá de interlocutor. Penso não estar enunciando nenhuma novidade, ao afirmar que o Freud de Lacan não é o mesmo que o de Hartmann ou o de Piera Aulagnier; isto é, cada um destes autores seleciona do *corpus* fundador aquelas idéias e modelos que melhor lhe sirvam como ferramentas para pensar.

Esta heterogeneidade é ampliada pelo resultado de duas outras escolhas: como vai ser retomado o discurso freudiano e para quais problemas clínicos ele vai ser preferencialmente solicitado. Sob o primeiro aspecto, não é indiferente que o autor pós-freudiano se dê como tarefa uma reinterpretação mais ou menos consistente do texto de Freud, ou se limite a tomar deste texto esquemas de abordagem do material a ser pensado: que deseje acompanhar o movimento interno do pensamento freudiano ou decida trabalhar com os resultados deste movimento — os conceitos nos quais ele se deposita. Uma ilustração interessante destas duas possibilidades é dada pela comparação da maneira pela qual André Green e Heinz Kohut pensam o problema das estruturas fronteiriças ou narcísicas: Green articula seu conceito de “état-limite” levando em conta uma série de exigências da metapsicologia clássica das quais Kohut se desfaz sem qualquer ceri-

mônia, argumentando que esta metapsicologia, por ser voltada para as pusões, não serve para pensar o território do *self*<sup>(9)</sup>.

Sob o segundo aspecto, os objetos clínicos aos quais se aplica o esforço de reflexão, no caso dos autores que criaram sistemas próprios, costumam ser diferentes daquele que atraiu preferencialmente a atenção de Freud — o campo das neuroses e da problemática edipiana. É significativo, neste sentido, que, enquanto Melanie Klein se ocupou essencialmente da neurose obsessiva e das fobias infantis (grosso modo, até 1932), sua contribuição, embora original, pudesse aparecer como fundamentalmente derivada da de Freud. Não existe, até 1932, uma *problemática* propriamente kleiniana; os pontos da divergências em relação a Freud giram em torno das questões para as quais este já havia proposto uma primeira elaboração: o complexo de Édipo, o papel da agressividade e da libido, os objetos parciais e totais, o peso maior ou menor a ser concedido a diferentes mecanismos de defesa. Em cada uma destas questões, Klein dispunha de uma *resposta* própria, mas isto não configurava — do ponto de vista que aqui me interessa — *perguntas* independentes ou conflitantes com as de Freud. É somente quando se interessa mais de perto pela depressão e pelas psicoses que virá a elaborar conceitos verdadeiramente heterogêneos aos da teoria clássica — não só a concepção da identificação projetiva, mas, como nota Bernardi, também os pontos de vista “posicional” e “especial” da sua metapsicologia, sem equivalentes em nenhuma das três ou quatro metapsicologias elaboradas por Freud. O mesmo vale para Lacan, através da paranóia<sup>(10)</sup>, para Kohut com as patologias narcísicas, e assim por diante. Estas modalidades clínicas, julgadas inabordáveis apenas com o legado de Freud, confrontaram os analistas com questões práticas e teóricas que, a meu ver, foram um dos mais poderosos estímulos para a formação dos sistemas atualmente disponíveis: questões práticas como o modo de lidar com as resistências, como a forma e o conteúdo das interpretações, como o manejo de transferência e da con-



tra-transferência; questões teóricas como a natureza dos componentes do psiquismo, como a relação a ser estabelecida entre eles e entre os resultados de suas operações, o lugar e o papel do infantil, do desejo, da angústia, etc.

O que impede, então, de considerar estes sistemas como paradigmas no sentido de Kuhn? A meu ver, três ordens de argumentos:

1. O fato de que eles coexistem no âmbito da psicanálise mundial, ainda que, segundo as áreas culturais e de influência institucional, alguns deles se apresentam como predominantes e outros como secundários; 2. O fato de apenas o trabalho de Freud preencher as condições definidas por Kuhn para um paradigma (e mesmo assim com ressalvas): até hoje, não se verificou na psicanálise nenhuma “revolução científica” no sentido de Kuhn, que obrigasse a uma mudança radical de paradigma. As escolas, tendências, doutrinas ou como se quiser chamá-las são sem dúvida heterogêneas entre si, mas todas guardam com a obra de Freud e com seu modo de praticar a psicanálise uma relação de interlocução e de referência sem paralelo nas demais disciplinas. Elementos centrais do paradigma freudiano continuam a ser elementos centrais de todos e de cada um dos sistemas — a interpretação, o infantil, o inconsciente, a transferência, a resistência — embora tenham surgido elementos próprios em cada sistema (muito claramente expostos no artigo de Bernardi), e certos elementos do sistema inicial tenham visto seu papel significativamente alterado — o caso mais óbvio é a questão da sexualidade;

3. O fato de que não é a mesma coisa ser Klein, Lacan ou Bion, e ser lacaniano, kleiniano ou bioniano. Se estes últimos se aproximam do que Kuhn designa como “cientistas normais” — empenhados em investigações determinadas pelo paradigma dominante — por outro lado guardam, como qualquer psicanalista, uma margem de circulação pelos diferentes sistemas e doutrinas que não encontre, novamente, paralelo em outras disciplinas. Respalda pela prática da análise — que em princípio o habilita a verificar *ab*

**A**s escolas ou doutrinas são heterogêneas entre si, mas guardam com a obra de Freud e a psicanálise uma relação de interlocução e de referência.

*ovo* todos os fenômenos que podem cair sob a alçada da psicanálise, e que conduziram seus predecesores a estabelecer as diferentes tendências dentro dela — todo analista busca nela e na leitura de escritos psicanalíticos um tipo de inspiração que não é comparável a nenhum outro, e, se o for, será — como sugere Dayan — semelhante até certo ponto ao que ocorre na música ou nas artes plásticas. O “rumor de fundo” do discurso analítico, daquilo que aprendemos e ensinamos, é constituído por fragmentos oriundos dos diferentes sistemas, muito embora um deles possa nos parecer mais adequado ao tipo de prática interpretativa que nos singulariza enquanto analistas. É evidente que esta prática está co-determinada — mas apenas co-determinada — pela análise pessoal, pelos cursos e supervisões que marcaram cada um e o introduziram de modo mais privilegiado ou menos a uma determinada escola. Contudo, a não ser entre os dogmáticos mais empedernidos (mas serão os dogmáticos empedernidos ainda psicanalistas?), a pluralidade do campo não tende a ser vista como sinal de decadência, mas de vitalidade.

Em resumo: com exceção da obra de Lacan, que talvez constitua o único sistema pós-freudiano a justificar que se fale num novo paradigma — mas aprofundar esta hipótese não é possível neste momento — as diversas “maneiras globais” de pensar e

de exercer a psicanálise não me parecem ser adequadamente designadas como paradigmas, no sentido estabelecido pelo inventor do conceito. Se é realmente necessário empregar um termo cunhado por Kuhn, seria preferível utilizar o de matriz disciplinar, proposto no pós-fácio de 1969, matriz aqui entendida como foco gerador de hipóteses complementares e de problemas a serem investigados. Mas talvez convenha deixar completamente de lado a terminologia sugerida por Kuhn para a história das ciências naturais, cedendo à evidência de que a psicanálise não é uma ciência como as que comportam o uso desta noção, e procurar discernir do modo mais exato possível como se organiza *em psicanálise* a dispersão das perspectivas teórico-clínicas. Em outros termos, talvez convenha elaborar uma epistemologia regional da psicanálise que faça justiça ao tipo de pluralidade que se observa no nosso campo, que não é equivalente nem ao verificado na esfera das ciências naturais, nem ao proporcionado pela história da filosofia. ■

## Notas

(1) R. Bernardi, *The Role of Paradigmatic Determinants in Psychoanalytic Understanding*, IJP (1988) 70, p. 341-355.

(2) Op. cit., p. 342.

(3) M. Klein, *A Psicanálise da Criança*, São Paulo, Mestre Jou, 1970, p. 215.

(4) T.S. Kuhn, *A estrutura das Revoluções Científicas*, São Paulo, Perspectiva, 1980, p. 13.

(5) Op. cit., p. 116.

(6) R. Mezan, “Para Além dos Monólogos Cruzados: Klein, Lacan”, in *A Vingança da Esfinge*, São Paulo, Brasiliense, 1988.

(7) Maurice Dayan, *L'Arbre des Styles*, Paris, Aubier-Montaigne, 1984, p. 52.

(8) Op. cit., p. 53.

(9) Cf. André Green, “O Conceito do Fronteiriço”, in *Sobre a Loucura Pessoal*, Rio de Janeiro, Imago, 1988, e H. Kohut, prefácio a *The restoration of the Self*, Connecticut, International Universities Press, 1977.

(10) Cf. J. Allouch, “Un Pas ou deux dans l'Abord de la Paranoïa”, in *Un Siècle de Recherches Freudiennes en France*, Ed. Erès, Centro Pompidou, fev. 1986. Uma idéia semelhante foi desenvolvida por mim em cursos na PUC/SP nos anos de 1985 a 1987.